



QUAIS AS POTENCIALIDADES E ENTRAVES PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM GETÚLIO VARGAS/RS?

WHAT ARE THE POTENTIALS AND CONSTRAINTS FOR THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN GETÚLIO VARGAS/RS?

¿CUÁLES SON LOS POTENCIALES Y LAS RESTRICCIONES PARA EL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTOS ESCOLARES EN GETÚLIO VARGAS/RS?

Raquel Breitenbach¹
Jaiane Parizotto²

RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública brasileira. Passou a dar maior incentivo para a inserção da agricultura familiar aos mercados em 2009, ao estabelecer que no mínimo 30% dos recursos federais repassados para a merenda escolar devem ser empregados na compra direta de produtos da agricultura familiar (AF). Essa pesquisa avaliou como são utilizados os recursos do PNAE e quais as potencialidades e limitações na compra de alimentos da AF em Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul. O estudo é exploratório, com método misto (quanti e qualitativo). Foram coletados e analisados dados secundários oficiais do FNDE (período de 2011 a 2017) e realizadas entrevistas com informantes-chaves do município. O município vem cumprido exemplarmente a lei, com máximo de 63% e média de 48,6% do recurso repassado pela União usados na compra direta de alimentos da AF. O que contribuiu para esse resultado positivo são as seguintes potencialidades: organização dos agricultores em cooperativa; comprometimento dos agricultores e da Emater do município com o programa; Conselho de Alimentação Escolar (CAE) eficiente. Como limitações destaca-se: burocracia; baixo planejamento e diversidade de alimentos. O PNAE em Getúlio Vargas tem contribuído na garantia da segurança alimentar dos estudantes, fornecendo alimentos em quantidade e qualidade adequadas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. PNAE. Segurança Alimentar. Alimentação Escolar. Desenvolvimento Rural.

¹Doutora em Extensão Rural, Professora e Pesquisadora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão, Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9431-3766>. E-mail: raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

²Estudante de Agronomia e pesquisadora de Iniciação Científica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Sertão, Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3647-7524>. E-mail: jaiane.parizotto@gmail.com

ABSTRACT

The National School Feeding Program (PNAE) is a Brazilian public policy on school feeding. It became a rural development policy in 2009 by establishing that at least 30% of federal funds transferred to school lunches must be used to purchase products from family farming (AF) directly. This research evaluated how the resources of the PNAE are used and what are the potentials and limitations in the purchase of food from family farming in Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul. The study is exploratory, with mixed method (quantitative and qualitative). Official secondary data from the FNDE (from 2011 to 2017) were collected and analyzed and interviews were conducted with key informants in the municipality. The municipality has exemplarily complied with the law, with a maximum of 63% and an average of 48.6% of the funds transferred by the Union used in the direct purchase of food from AF. Conditioned by potential: organization of farmers in a cooperative; commitment of farmers and Emater in the municipality to the program; School Feeding Council (CAE) efficient. The following limitations are highlighted: bureaucracy; low planning and food diversity. The PNAE in Getúlio Vargas has contributed to ensuring food security for students, providing food in adequate quantity and quality.

Keywords: Family Farming. PNAE. Food Security. School Feeding. Rural Development.

RESUMEN

El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) es una política pública brasileña sobre alimentación escolar. Se convirtió en una política de desarrollo rural en 2009 al establecer que al menos el 30% de los fondos federales transferidos a los almuerzos escolares deben usarse para comprar productos directamente de la agricultura familiar (AF). Esta investigación evaluó cómo se utilizan los recursos del PNAE y cuáles son los potenciales y las limitaciones en la compra de alimentos de la AF en Getúlio Vargas, Rio Grande do Sul. El estudio es exploratorio, con método mixto (cuantitativo y cualitativo). Se recopilaron y analizaron datos secundarios oficiales del FNDE (de 2011 a 2017) y se realizaron entrevistas con informantes clave en el municipio. El municipio ha cumplido de manera ejemplar con la ley, con un máximo de 63% y un promedio de 48.6% de los fondos transferidos por la Unión utilizados en la compra directa de alimentos de AF. Condicionado por el potencial: organización de agricultores en una cooperativa; compromiso de los agricultores y Emater en el municipio con el programa; Consejo de Alimentación Escolar (CAE) eficiente. Se destacan las siguientes limitaciones: burocracia; baja planificación y diversidad alimentaria. El PNAE en Getúlio Vargas ha contribuido a garantizar la seguridad alimentaria de los estudiantes, proporcionando alimentos en cantidad y calidad adecuadas.

Palabras clave: Agricultura Familiar. PNAE. Seguridad Alimentaria. Alimentación Escolar. Desarrollo Rural.

Como citar este artigo: BREITENBACH, Raquel; PARIZOTTO, Jaiane. Quais as potencialidades e entraves para o programa nacional de alimentação escolar em Getúlio Vargas/RS?. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 590-608, 19/06/2020. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2760>

Artigo recebido em: 25/03/2020
Artigo aprovado em: 11/06/2020
Artigo publicado em: 19/06/2020

1 INTRODUÇÃO

A criação do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) foi em 1954 pelo Ministério da Saúde e sua formalização se deu pelo Ministério da Educação e Cultura em 1955 com o decreto nº 37.106/55. O objetivo principal do Programa era suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais, reduzindo a desnutrição e promovendo a melhoria dos hábitos alimentares nos estudantes (STEFANINI, 1997). Com o tempo foi agregando no marco legal da sua constituição os objetivos de erradicar a desnutrição e induzir o desenvolvimento³.

Desde a criação do PNAE, a merenda escolar tem colaborado para incrementar a alimentação de estudantes da rede pública, federais, filantrópicas, comunitárias e confessionais do Brasil (TURPIN, 2009). Em 2009 o PNAE avançou sua contribuição social e econômica ao estabelecer legalmente (Lei nº 11.947/2009) que as escolas públicas deveriam destinar pelo menos 30% dos recursos repassados pelo governo federal para a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares. Com isso, tornou-se um instrumento de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)⁴, contribuindo com o direito humano à alimentação adequada e incentivando a produção da AF local (TURPIN, 2009; TROIAN; BREITENBACH, 2019).

Embora tenha sido estabelecido legalmente, alguns municípios encontram dificuldades para o cumprimento da legislação dos 30%. Isto é geralmente reflexo dos seguintes aspectos: inviabilidade de fornecimento regular de alimentos em locais que os agricultores familiares não têm quantidade ou diversidade suficiente para o atendimento das necessidades do programa; falta de articulação entre gestores e agricultores; ausência de nutricionista como responsável técnico da alimentação escolar, sobretudo para o incentivo à compra de alimentos da AF (ROSSETTI; SILVA; WINNIE, 2016; SILVA, 2016).

Por outro lado, alguns municípios são exemplos de sucesso no cumprimento da legislação, superando os 30% de recursos do PNAE empregados na compra de alimentos da AF (MACHADO, 2018). Um exemplo desse sucesso é o que ocorre no município de Brejinho em Pernambuco. O município destaca-se por cumprir a Lei nº 11.947/2009, utilizando mais de 50% do recurso do PNAE para a compra de alimentos da AF no período de 2013 a 2017 (SOUZA, 2019).

³Para fins do presente trabalho se reconhece a complexidade envolvida em torno do termo desenvolvimento, bem como o processo contínuo de transformação e reconstrução de seu significado. Ainda que seja um termo de difícil definição e consenso na academia, considera-se que deve envolver os aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais e que as ações de desenvolvimento devem ser mobilizadoras, incentivando a ações sociais que sejam emancipadoras, baseadas na participação dos atores sociais.

⁴Para o presente trabalho o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) adotado considera três condicionantes essenciais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos (BELIK, 2013).

Partindo destes exemplos que mostram faces de sucesso e debilidades na execução do PNAE, buscou-se analisar o município de Getúlio Vargas (GV), Rio Grande do Sul (RS). Um levantamento prévio nos dados do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em relação ao PNAE no RS apontou que Getúlio Vargas se destaca positivamente na utilização e gestão dos recursos. Portanto, o presente estudo analisou como a gestão pública municipal de Getúlio Vargas, RS tem usado os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Especificamente objetivou-se: a) averiguar o montante de recursos repassados pela União e o percentual utilizado para a compra direta de alimentos da AF; b) identificar os aspectos positivos e as dificuldades encontradas para efetivar o Programa no município. A importância da pesquisa está alicerçada na acuidade do Programa, uma vez que se propõem melhorar a Segurança Alimentar e Nutricional das crianças, ao mesmo tempo em que ajuda no desenvolvimento local ao apoiar a AF.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é mista, quanti e qualitativa (CRESWELL, 2007) e baseia-se no método de pesquisa estruturado por Troian e Breitenbach (2019). Esta pesquisa pode ser considerada um Estudo de Caso (YIN, 2015), com foco em um fenômeno contemporâneo, investigando o PNAE em Getúlio Vargas.

Com uma população estimada em 16.212 pessoas, Getúlio Vargas (Figura 01) é um município pertencente à região do Alto Uruguai, localizada a 342 km de Porto Alegre (RS). Este município possui 744 (12,5%) domicílios rurais (SEBRAE/RS, 2019), com AF mercantilizada, inserida nas cadeias produtivas e que produz especialmente *commodities* (KOZENIESK, 2016). A AF sempre esteve presente, tendo as principais atividades econômicas alicerçadas no setor agrícola (milho, soja, trigo, cevada e erva-mate) e pecuário, com minoria dos estabelecimentos participantes do PNAE desde sua implementação (IBGE, 2010).

O município de Getúlio Vargas é também reconhecido pelas agroindústrias familiares que contribuem na geração de renda e emprego, permitindo que diversas unidades produtivas passem a produzir e comercializar derivados de leite, embutidos de suínos, ovos, panificação e suco de uva, entre outros (BALESTRIN; DEGENERONE, 2017).

Figura 1 – Localização de Getúlio Vargas/RS em relação ao RS e Microrregião Alto Uruguai.



Fonte: Universidade Regional Integrada (2008)

Os instrumentos de pesquisa utilizados em diferentes fases da pesquisa foram a revisão bibliográfica e a coleta e análise de dados secundários e primários, conforme segue:

a) Fase 1- Pesquisa bibliográfica – Consultas em documentos acadêmicos e oficiais, a fim de identificar publicações relacionadas com a temática da pesquisa.

b) Fase 2- Pesquisa em dados secundários – Os dados secundários utilizados foram obtidos no site oficial do FNDE, compreendendo o período de 2011 a 2017, considerando a disponibilidade de dados quando da realização da pesquisa (segundo semestre de 2019). Os dados coletados no site do FNDE são sobre o total de recursos repassados pela União via PNAE para Getúlio Vargas/RS e os recursos usados pelo município para aquisição de alimentos diretamente da AF. Os dados foram analisados e representados de forma gráfica e proporcional.

c) Fase 3- Após a análise dos dados secundários e, considerando a necessidade de entender a dinâmica local de aquisição dos alimentos da AF no município, foram coletados os dados primários. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir do critério da intencionalidade, com quatro informantes chaves do município identificados como agentes fundamentais na execução do PNAE no município: 1- Presidente da COOPRAF (Cooperativa Regional da Agricultura Familiar de Getúlio Vargas): Essa cooperativa tem participação decisiva para a inserção dos agricultores familiares do município no PNAE, pois surgiu a partir da necessidade de organização da oferta e demanda de produtos para o Programa. Ao entrevistar o presidente, que também é agricultor e fornece alimentos para o PNAE, se buscou contemplar a participação da AF local na pesquisa, uma vez que atualmente só membros dessa cooperativa comercializam para o PNAE no município; 2- Responsável técnico da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) de Getúlio Vargas: A Emater é a organização de assistência técnica e extensão rural que contribui para a organização produtiva e social dos agricultores. Com isso, colabora no processo de inserção e adequação das propriedades rurais no PNAE, bem como na assessoria técnica e de extensão rural. Ainda, dá

apoio nos processos burocráticos; 3- Professora que faz parte do Conselho de Alimentação Escolar (CAE): O CAE auxilia no processo de regulação, fiscalização e avaliação do PNAE; 4- Nutricionista municipal: O papel do nutricionista é também central para a efetividade do PNAE, pois é responsável pelos cardápios das escolas, planejando, coordenando, supervisionando e avaliando ações de alimentação e nutrição nas escolas. Ao definir o cardápio, tem a responsabilidade de assegurar alimentação saudável e adequada. A participação desta pessoa na pesquisa é importante por ter informações diretamente relacionadas ao Programa, bem como uma visão crítica. As entrevistas ocorreram mediante agendamento no segundo semestre de 2019, foram gravadas, transcritas e analisadas.

d) Fase 4- Finalizadas as fases anteriores, foi o momento de correlacionar os dados e efetuar análises. Foram confrontados os dados quantitativos do FNDE com as entrevistas, buscando explicar e compreender a realidade do PNAE no município.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública do Brasil, implantada em 1955, após tentativas que vinham desde a década de 1940. Em 1970 passou a proporcionar alimentação e ações educativas sobre alimentação e nutrição a todos os estudantes da educação básica pública (SANTANA, 2013).

Antes disso, entre as décadas de 1950 e 1960, o PNAE recebeu diferentes denominações: Campanha de Merenda Escolar (CME - 1955), Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME - 1956) e Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE - 1965), recebendo recursos de fundos internacionais de combate à desnutrição (CONCEIÇÃO, 2019). A partir de 1979 passou a ser chamado de PNAE e funcionava de modo centralizado, cabendo ao órgão gestor planejar, comprar, fiscalizar e distribuir os alimentos (OLIVEIRA, 2016).

Em 1994 o PNAE passou a ser descentralizado, cabendo ao FNDE gerenciá-lo, transferindo os recursos financeiros aos estados, Distrito Federal e municípios para suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos em cada rede de ensino. O Programa executa o pagamento em 10 parcelas mensais incluindo os 200 dias letivos, de fevereiro a novembro (FNDE, 2017). Para o repasse de recursos diretamente aos estados e municípios, o Programa se baseia no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Para a definição dos valores por instituição, considera os dias letivos para cada aluno matriculado de acordo com a etapa e modalidade de ensino (PALUDO, 2015).

O Programa é mundialmente reconhecido como um dos mais bem sucedidos concernentes à alimentação escolar, o único com atendimento universalizado (FNDE, 2017). O PNAE é diretamente acompanhado e fiscalizado por toda a sociedade, por meio do: FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público e Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Este último tem ação local, foi criado nos anos 2000 e é formado por membros da comunidade, professores, pais de alunos e representantes dos poderes Executivo e Legislativo (FNDE, 2017).

Na Lei nº 11.947, de 16/06/2009, avanços para o PNAE foram traçados ao exigir: presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa; quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras; ampliação para toda a rede pública de educação básica, incluindo os alunos participantes do Programa Mais Educação e Educação de Jovens e Adultos. Esta Lei define ainda que no mínimo 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição direta de produtos oriundos da AF, priorizando os agricultores locais. Assim, estimula o desenvolvimento das comunidades (TROIAN; BREITENBACH, 2019).

Na execução do PNAE se consideram as premissas: ofertar refeições nutricionalmente adequadas, ações de educação alimentar e nutricional (EAN), respeito à cultura local, participação social e promoção da AF, contribuir na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (ROCHA, 2018). Ou seja, é uma ação importante, incentiva a segurança alimentar e nutricional para crianças e adolescentes em idade escolar, ao mesmo tempo em que cria um novo canal de comercialização para a AF (mercado institucional), gera trabalho e renda no campo, fortalece as cooperativas locais, movimentando a economia municipal, incentivando a forma local e certificada de produção (TROIAN; BREITENBACH, 2015).

O PNAE tornou-se um dos pilares da promoção da SAN no Brasil (FNDE, 2017). Esse direito se realiza plenamente com acesso regular e permanente a alimentos pela comunidade escolar, a qual recebe alimentação adequada em todos os dias letivos (BURITY et al., 2010). Neste contexto, a AF tem um papel fundamental, já que, após a implementação da Lei nº 11.947/2009, foi notória a melhora do cardápio da alimentação escolar em valores nutricionais e na saúde das crianças (MANCUSO et al., 2013).

O PNAE promove o encontro da alimentação escolar com a AF, possibilitando que alimentos saudáveis e com vínculo regional, sejam consumidos pelos alunos da rede pública brasileira (REBRAE, 2019). Ao assumir papel decisivo e transformador, o PNAE assegura a dieta saudável aos alunos da rede pública e a promoção e educação de hábitos alimentares, os quais se propagam aos alunos e suas famílias (FNDE, 2017; FISCHER, 2018).

4 O DESEMPENHO DO PNAE EM GETÚLIO VARGAS/RS

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa. Inicialmente são discutidos os valores repassados pela União para o município de Getúlio Vargas no período de 2011 a 2017 e os valores que efetivamente foram utilizados na aquisição de alimentos da AF para alimentação escolar. Para a realização das análises foram utilizados valores reais de cada período, sem deflacionar, já que o objetivo da análise foi verificar os percentuais de recursos repassados para compra direta de alimentos da AF.

Com exceção de 2012, 2014 e 2016 (Tabela 1), em que ocorreu redução nos valores repassados para o município, (sendo esse valor nunca inferior a R\$ 81.660,00) os demais anos tiveram acréscimo ascendente nos valores transferido via PNAE. Resultado semelhante foi encontrado em outros municípios do RS, com aumento progressivo no valor repassado, embora alguns não tenham cumprido a Lei dos 30 % (TROIAN; BREITENBACH, 2019).

Tabela 1 – Valores transferidos e valores usados do PNAE para aquisição de alimentos da agricultura familiar em Getúlio Vargas/RS no período de 2011 a 2017.

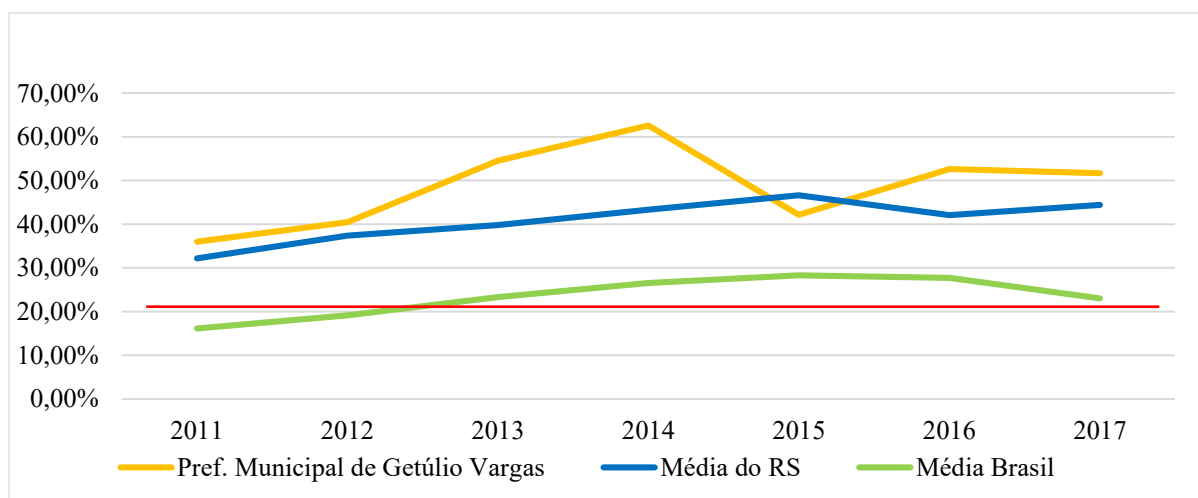
Ano	Valor total transferido – PNAE Getúlio Vargas	Valor utilizado aquisições da agricultura familiar - PNAE (Getúlio Vargas)
2011	R\$ 81.660,00	R\$ 29.388,85
2012	R\$ 92.292,00	R\$ 37.331,00
2013	R\$ 124.180,00	R\$ 67.757,50
2014	R\$ 117.872,00	R\$ 73.811,61
2015	R\$ 143.568,00	R\$ 60.466,99
2016	R\$ 139.692,12	R\$ 73.515,11
2017	R\$ 167.110,00	R\$ 86.324,20

Fonte: Elaboração própria com os dados do FNDE (2019)

No período analisado a utilização dos valores para aquisição de alimentos da AF foi sempre superior aos 30% determinados pela lei. Em 2014 o valor transferido via PNAE para Getúlio Vargas foi de R\$ 117.872,00, enquanto o valor da aquisição da AF atingiu R\$ 73.811,61. Em 2015 teve aumento de R\$ 25.696,00 no valor transferido para o PNAE, porém a aquisição da AF reduziu R\$ 13.344,62 em comparação ao ano anterior. A partir de 2015 o município vem aumentando consecutivamente o montante de utilização do recurso para aquisição da AF e encerrou 2017 com a utilização de R\$ 86.324,20.

Acerca do cumprimento da lei dos 30%, 2015 foi o ano em que o município de Getúlio Vargas menos utilizou os recursos repassados pela união para compra de alimentos diretamente da AF. Mas mesmo assim, ocorreu o cumprimento da legislação (Figura 02). Exceto em 2015, nos demais anos analisados o município esteve acima das médias estadual e federal no percentual de recursos empregados na compra de alimentos diretamente da AF. Em 2014, por exemplo, o município utilizou 63% do recurso repassado, sendo o ano de maior percentual de recursos para aquisição de alimentos da AF. Dos 27 estados da federação brasileira, apenas cinco cumpriram o percentual legal de compra mínima dos 30% da AF, no ano de 2015, sendo o Estado do Rio Grande do Sul um deles, seguido do Acre, Roraima e Espírito Santo (SILVA, 2016).

Figura 2 – Percentual dos recursos do PNAE usados para a aquisição da agricultura familiar em Getúlio Vargas/RS, média do RS e média do Brasil.



Fonte: Elaboração própria com os dados do FNDE (2019)

É possível observar na Figura 02 que o município de Getúlio Vargas se destaca positivamente ao apresentar percentuais acima dos observados em nível de estado e federação. Ou seja, o município emprega maior percentual dos recursos do PNAE para compras diretas da AF em comparação com as médias nacional e estadual, com percentuais sempre acima dos 30% que exige a Lei. Isso vai ao encontro de Ferigollo et al. (2017) que avaliou o perfil de adequação dos municípios do Rio Grande do Sul na aquisição de produtos da AF pelo PNAE, constatando que dos 52 municípios analisados, 37 (71,2%) atingiram 30% de aquisição de gêneros alimentícios da AF.

Esse fato reitera a importância dada ao Programa pelos gestores no município. O resultado ainda comprova as novas oportunidades de acesso ao mercado que o PNAE vem dando aos agricultores familiares, proporcionando alternativas de trabalho e renda. Ainda, o município incentiva a diversificação de culturas para um cardápio variado e equilibrado nas escolas públicas, proporcionando melhor distribuição da renda aos agricultores do município e colaborando para o desenvolvimento da região (RODRIGUES et al., 2017).

4.1 PNAE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GETÚLIO VARGAS/RS

Essa etapa do trabalho buscou contrastar e explicar os dados secundários da pesquisa a partir da percepção de atores locais. Considerando os dados primários obtidos a partir de entrevistas com informantes-chaves do município, foram elencadas potencialidades e limitações para que o PNAE seja efetivo na segurança alimentar dos estudantes e no desenvolvimento da AF local.

4.1.1 Potencialidades do PNAE em Getúlio Vargas

Constatou-se que Getúlio Vargas cumpre a Lei 11.947/2009 e utiliza de acordo com o que estabelece a lei os recursos do PNAE na aquisição de alimentos da AF. Isso é fundamental para incentivar a produção da AF, possibilitando maior oferta de produtos e maior valorização para a categoria (ARAUJO et al., 2019).

Acerca da alimentação escolar de Getúlio Vargas, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o PNAE tem contribuído positivamente para a alimentação escolar da rede municipal e estadual de educação. Para os entrevistados, os estudantes têm sido privilegiados ao contar com alimentos frescos e de qualidade nutricional. A fala da nutricionista do município endossa esses resultados: “O PNAE é o melhor programa que existe, ele norteia tudo, é só seguir que não temos problema nenhum” (Entrevistado 4/ Nutricionista Responsável Técnica do PNAE nas escolas municipais de Getúlio Vargas).

Os alimentos adquiridos no município por chamada pública são: alface, alho, beterraba, bergamota, brócolis, couve-flor, cenoura, laranja, doce de frutas, feijão, bolachas, massas, queijo, repolho, mandioca, moranga, suco de fruta, mel, vinagre, tempero verde, linguiça, pimentão, tomate, abobrinha e batata doce. São priorizados alimentos frescos, sendo de responsabilidade dos agricultores a entrega de produtos de qualidade.

O cumprimento da lei no município se deve as potencialidades identificadas na pesquisa empírica: a) boa organização dos agricultores em cooperativa; b) comprometimento dos agricultores e dos técnicos e extensionistas da Emater/RS do município na organização dos agricultores, na assessoria técnica e de extensão rural; c) participação e empenho da nutricionista na elaboração dos cardápios e operacionalização do PNAE nas escolas.

As 48 famílias de agricultores familiares associadas à Cooperativa Regional da Agricultura Familiar de Getúlio Vargas (COOPRAF) entregam a sua produção via cooperativa para o mercado institucional do PNAE, contribuindo com o abastecimento em Getúlio Vargas, Estação, Ipiranga do Sul, Florianópolis, Charrua, Sertão e Erebangó, totalizando 38 escolas atendidas (EMATER/RS, 2013). Para o município de Getúlio Vargas a COOPRAF é a única organização que fornece alimentos da AF para o PNAE.

As organizações cooperativas são essenciais no processo de comercialização dos alimentos da AF, uma vez que as perspectivas de renda dos agricultores são, dessa forma, complementadas com vendas além dos mercados locais (PÁGINA RURAL, 2014). A importância da COOPRAF em Getúlio Vargas pode ser representada na fala de um dos entrevistados: “Aqui em Getúlio Vargas estamos bem organizados pois temos uma cooperativa que reúne todos os agricultores que tem produtos para vender para alimentação escolar, quando realizamos a chamada pública a cooperativa participa e organiza tudo, fica confortável para nós e também para os agricultores” (Entrevistado 4/ Nutricionista Responsável Técnica do PNAE nas escolas municipais de Getúlio Vargas).

Não só a COOPRAF, mas também a Emater do município tem desempenhado papel essencial no processo de compra de alimentos da AF para merenda escolar. O trabalho é direcionado para que os AFs estejam preparados e capacitados para produção e oferta de alimentos para o PNAE.

A Emater orienta e auxilia os agricultores no uso de tecnologias, boas práticas de fabricação e inserção no mercado, trabalhando para consolidação do setor (COAMO, 2006). Um dos informantes-chaves da pesquisa destaca que a organização “realiza treinamentos, cursos, tardes de formação fornecendo informações pra os agricultores” (Entrevistado 2/ responsável técnico da EMATER).

A prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural vem de longa data colaborando para o desenvolvimento da AF. Propicia a população do campo melhores condições de vida, acesso as políticas públicas direcionadas ao setor primário, além de colaborar de modo indispensável e estratégico para que este segmento produtivo garanta a segurança alimentar e nutricional do país (IDAM, 2012).

Com cerca de 3 milhões de atendimentos por ano a mais de 250 mil famílias agricultoras, a Emater é imprescindível na operacionalização das políticas públicas de desenvolvimento rural. Além de levar novas tecnologias ao público que vive no campo, os auxilia a atingirem melhores níveis de produtividade, reduzindo custos e estimulando a

permanência do jovem no meio rural no processo de sucessão familiar no campo (MASSIERER, 2019).

A COOPRAF é orientada pela Emater e auxiliou na sua criação no ano de 2010. Atualmente a cooperativa tem autonomia e é administrada por um presidente e agricultores associados. Descreve um dos entrevistados: “A Emater trabalhou no início, foi pra formar essa cooperativa, então a ideia é [...] trabalhar com eles, e os próprios produtores tocam a cooperativa” (Entrevistado 2/ responsável técnico da EMATER).

Essa é a realidade de várias cooperativas que surgiram na mesma época, em que os agricultores se mobilizaram e se organizaram, juntando forças para enfrentar dificuldades relacionadas à compra de insumos, comercialização e preços de venda e problemas de produtividade da lavoura. É um eficaz instrumento de transição entre uma informalidade e a inserção no mercado (SANTOS; CAMPOS; FERREIRA, 2017).

O sucesso na compra de alimentos da AF com recursos do PNAE no município também decorre do envolvimento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no processo de gestão e fiscalização do uso dos recursos. É uma forma de a sociedade zelar pelo direito de as crianças receberem alimentação escolar. O CAE de Getúlio Vargas faz visitas esporádicas às propriedades familiares e escolas, observando formas de produção, oferta e preparo dos alimentos, auxiliando quando necessário.

[...] o conselho ele vai visitar as escolas [...] é uma visita surpresa [...] pra ver como está a questão de alimentação, cuidados e faz a prova dos alimentos [...] as pessoas conselheiras vão provar aquele alimento pra ver se realmente é bom e se vier alguma coisa que está estragada, coisa assim, é feita a devolução [...] tem uma nutricionista que ela elabora o cardápio [...] ela vai elaborar os cardápios pras escolas de acordo mais ou menos com a realidade. (Entrevistado 3/ professora e integrante CAE).

Formado pela sociedade civil e representantes de pais e professores, que convivem diariamente com os alunos beneficiários do PNAE, o CAE é a instância mais próxima da sociedade que acompanha e fiscaliza o Programa, no caso dos municípios (NASCIMENTO, 2010). Ao fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos da merenda escolar é responsável por emitir um parecer anual do uso desses recursos pela rede de ensino. A partir desse relatório é estabelecido se os repasses do FNDE permanecem ou serão interrompidos (BALMANT, 2012). O CAE é basal no zelo da qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas, priorizando boas práticas de higiene e sanitárias, para que os alunos recebam constantemente uma merenda saudável e de qualidade (BARROS, 2014).

Somado a isso, o município em questão conta com a ajuda de uma nutricionista que elabora os cardápios das escolas, o que corrobora para a efetividade do PNAE. Segundo ela: “Tenho que seguir as normas do programa, recebo sempre as verbas, as legislações a seguir, as resoluções e tenho que fazer a prestação de contas de tudo que foi realizado pelo programa no nosso município” (Entrevistado 4/ Nutricionista Responsável Técnica do PNAE nas escolas municipais de Getúlio Vargas).

Para o PNAE, o nutricionista é um profissional essencial que assume as atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação das ações de alimentação e nutrição no âmbito da alimentação escolar. O cardápio, responsabilidade do nutricionista, tem por finalidade assegurar a oferta de uma alimentação saudável e adequada, atendendo as necessidades nutricionais dos alunos durante o período que estão na escola. A alimentação

adequada é essencial para desenvolvimento e crescimento das crianças, proporcionando energia e nutrientes necessários à manutenção da saúde e ao bom desempenho de suas funções fisiológicas (BRASIL, 2008). Cabe ao nutricionista elaborar um cardápio com a inserção de produtos da AF, respeitando os hábitos alimentares, a vocação agrícola, a cultura alimentar de cada região e a sazonalidade da produção, garantindo a melhor qualidade nutricional ao cardápio (XEREZ, 2016).

Escolas com cardápio executado por nutricionista e presença diária desse profissional, ofertam alimentos mais coloridos e com diversificadas técnicas de preparo, estimulando a formação de hábitos alimentares saudáveis (PAIVA, 2012). No RS o trabalho exercido pelos nutricionistas abrange todas as etapas do PNAE, sendo um dos principais agentes implementadores da política, colaborando para que o Programa seja realizado da melhor maneira possível (ANTONIOLLI, 2019).

4.1.2 Limitações do PNAE em Getúlio Vargas

Apesar de diversas ações favoráveis para a segurança alimentar e desenvolvimento da AF em Getúlio Vargas a partir do PNAE, também foram elencados alguns entraves como: a) burocracia; b) falta de planejamento e; c) baixa diversidade de produtos ofertados, especialmente agroindustrializados.

Criada para controlar possíveis desvios nos órgãos públicos, a burocracia tornou-se um dos maiores obstáculos aos agricultores que possuem interesse em participar do PNAE. Muitos não possuem tempo ou dinheiro para ajustar-se aos padrões solicitados, impedindo a participação no Programa (RODRIGUES, 2014).

A burocratização do PNAE está atrelada também, ao processo das chamadas públicas que participam os AFs. Os agricultores devem atender todos os quesitos exigidos: apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP); documentos pessoais que comprovem a situação que a família se encontra na lista de prioridades e o projeto de venda. Sem planejamento e presença de pessoa capacitada para auxiliar a família, a mesma poderá ter dificuldades em conseguir os documentos listados, limitando a participação no PNAE (BRITO et al., 2018). Após a família conseguir ganhar a chamada pública, outra exigência - que é de responsabilidade do próprio agricultor - é a geração da nota fiscal eletrônica. Isso pode ser um empecilho, pois ainda existem agricultores que não sabem ler e nem escrever, ou não têm apoio técnico para a elaboração dessas notas (AZEVEDO, 2014).

Segundo Santos et al. (2017) o principal empecilho para que os agricultores acessem os recursos do PNAE é o processo burocrático que exige a elaboração e preenchimento de projetos com padrões técnicos específicos e os agricultores possuem pouco conhecimento e informação para a realização dos mesmos. Triches et al. (2019) acrescenta que o desafio está no bom senso dos encarregados executarem com agilidade e responsabilidade o encaminhamento dos papéis, cumprindo os prazos para que os agricultores possam dar início as suas atividades produtivas o quanto antes, dentro das normas estabelecidas pelo Programa.

Visando minimizar essas dificuldades na expedição da documentação, a Emater de Getúlio Vargas auxilia os agricultores: “as licenças que a gente chama né, então é isso que a gente ajuda eles [...] na parte de rastreabilidade, em código de barras, rotulagem [...] a gente tá fazendo oficina pra eles[...] Então a gente tá tentando ajudar ele nesse processo”. (Entrevistado 2/ responsável técnico da Emater).

Outro entrave é a baixa diversidade de produtos alimentícios ofertados pela AF do município. Como destaca a nutricionista: “Poderia existir mais agroindústrias de produtos cárneos, para podermos comprar mais da AF e também produtos orgânicos que não possui na nossa região” (Entrevistado 4/ Nutricionista Responsável Técnica do PNAE nas escolas municipais de Getúlio Vargas).

Portanto, existe a necessidade de ampliar a aquisição de gêneros alimentícios da AF a partir de melhor organização na oferta e diversidade de alimentos em Getúlio Vargas. Isso pode ocorrer com planejamento, cruzando a demanda das escolas e a oferta da AF, incentivando a produção de itens não ainda não ofertados pelos AF do município (TRICHES et al., 2019). Como afirma um dos entrevistados:

Teria que a Emater fazer reuniões nas comunidades e ver da viabilidade de famílias que tivessem condições de produzir dentro daquilo que está faltando [...] as famílias teriam que ter conhecimento das vantagens [...] os que são dos programas, o retorno pra eles é bem maior, só que em geral as pessoas não tem esse conhecimento [...] tem tanto agricultor que teria condições. (Entrevistado 3/ professora integrante do CAE).

Silva (2013) já havia constatado o cenário de baixa diversidade de produtos ofertados. De acordo com o autor, isso acontece porque a oferta de produtos da AF local não supre a diversidade da demanda pelas escolas, principalmente de produtos agroindustrializados. Característica evidenciada no município de Getúlio Vargas.

A cooperativa local vem tentando mudar esse cenário. Antes de qualquer processo, a mesma faz um levantamento juntamente com os agricultores envolvidos, a fim de mapear os produtos disponíveis e que atendam às necessidades das escolas.

Antes de fazer a chamada pública, a gente oferece os produtos que nós temos. Antes disso, faço uma reunião com os agricultores e aí eles preenchem uma lista de produtos que eles têm pro semestre, em cima dessa lista, eu faço a relação dos produtos e ofereço pras nutricionistas, as nutricionistas montam os cardápios delas. [...] eles têm acesso a nossa lista antes de fazer a chamada pública[...] (Entrevistado 1/ presidente da COOPRAF).

Mesmo com a dificuldade de suprir a demanda por alimentos diversificados para as escolas, o poder público e os demais envolvidos (CAE, nutricionista e professores), vêm apoiando e incentivando o consumo de alimentos saudáveis, por meio de adequações e substituições de alimentos processados e de baixo valor nutritivo, por alimentos mais naturais e de melhor qualidade nutricional. Relata o entrevistado.

Nas escolas do município de Getúlio, as municipais, não têm barzinho [...] não se recebe alimentos de outros meios [...] se tiver salada de repolho, vou colocar um pouquinho de salada de repolho no prato de todos, tem os que vão comer e tem os que não vão comer [...] mas oferecer a gente oferece, a gente estimula, a gente faz sopa [...] vai ter lá dentro batatinha, vai ter lá cenoura que eles precisam bastante, aí na época de chuchu vai ter chuchu. (Entrevistado 3/ professora e integrante CAE).

Para acontecer a aceitação e adesão à alimentação escolar por parte dos alunos é necessário adequar os alimentos ofertados para que atendam as tradições culturais dos mesmos, elaborando pratos saborosos e atraentes (PEDRAZA et al., 2017). Danelon et al. (2006) constataram que a presença dos barzinhos nas escolas influencia negativamente na aderência ao PNAE. As cantinas comercializam alimentos com alto valor energético, cujo consumo frequente contribui para o excesso de peso e limita a educação nutricional. Tal estudo justifica o porquê das escolas municipais de Getúlio Vargas não possuírem cantinas, demonstrando real atenção e preocupação aos produtos consumidos por seus alunos.

Com a presente pesquisa não foi possível identificar problemas de adesão dos estudantes à merenda escolar, conforme destaca um dos entrevistados: “os alunos estão aderindo e gostando dos produtos da AF e da forma que os alimentos são oferecidos [...] eles se servem e repetem” (Entrevistado 3/ professora e integrante CAE). Porém, esse aspecto não foi investigado pela pesquisa de forma mais aprofundada. Desta forma, a adesão pode ter relação com a indisponibilidade de outras opções de alimentos na escola, à exemplo de cantinas. Hipoteticamente, a boa adesão pode ser impulsionada pela escassez de opções.

No caso estudado o estímulo à AF vai ao encontro de ações de SAN e de desenvolvimento local, com diversificação alimentar nas escolas, promovendo o direito humano à alimentação adequada. A produção de alimentos pela AF tem corroborado com as iniciativas de políticas públicas locais, como já constatou Mancuso et al. (2013) em outras realidades.

5 CONCLUSÃO

Constata-se que o PNAE no município de Getúlio Vargas tem contribuído para a segurança alimentar dos estudantes, fornecendo alimentos frescos e diretamente da AF local. O Programa também contribui para a inserção da AF no mercado institucional de alimentos, apresentando oportunidade de comércio aos produtos.

Foram identificadas dificuldades para a efetivação do Programa no município como burocracia, falta de planejamento e baixa diversidade de alimentos. Apesar desses entraves, o município vem cumprido a lei no uso dos recursos do PNAE, chegando ao máximo de 63% e média de 48,6% de utilização do recurso repassado pela União na compra direta dos agricultores familiares, acima da média estadual e nacional. Isso é consequência das potencialidades como organização e comprometimento dos agricultores em cooperativa, Emater/RS do município e CAE atuantes, bem como presença de nutricionista.

O que se constatou em Getúlio Vargas é o resultado positivo de uma junção de esforços e dedicação entre os agentes sociais envolvidos. Estes trabalham com transparência e organização para que a operacionalização do PNAE alcance o êxito. Isto faz com que a compra direta da AF local seja satisfatória, indo além dos 30% exigidos por lei.

Espera-se que os resultados do presente trabalho auxiliem na efetivação e cumprimento da lei em outros locais. Ainda, que todos os municípios possam proporcionar

que os muros das escolas sejam “rompidos” pela AF, contribuindo para o desenvolvimento local, empoderamento da população e segurança alimentar.

O PNAE tem uma importância central para as duas esferas: agricultores e estudantes. A inserção nos mercados tradicionais para estes agricultores familiares que produzem com baixa escala produtiva é difícil. Esta barreira é reduzida com a política do PNAE e do mercado institucional a que pertence. Já para os estudantes, ter acesso a produtos frescos, locais, tradicionais e de qualidade é mais complexo quando o produto tem que percorrer longas distâncias. Ou seja, o PNAE deve ter vida longa em nosso país por encurtar as cadeias produtivas e aproximar os dois públicos. Ainda, é uma política que consegue promover a importância das cadeias curtas para a segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. F. O. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar: virtudes e problemas de gestão.** Natal. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.
- ANTONIOLLI, E. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): uma análise da implementação em municípios do Rio Grande do Sul (RS).** Chapecó. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019.
- ARAUJO, L. R. S.; BRITO, A. N. M. ; RODRIGUES, M. T. P.; MASCARENHA, M. D. M.; ARAUJO, R. S. R. M. Alimentação escolar e agricultura familiar: análise de recursos empregados na compra de alimentos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 11, p. 1-9, 2019.
- BALESTRIN, A. L.; DEGGERONE, Z. A. Produção, modernização e (re) localização alimentar na agricultura familiar do município de Getúlio Vargas (RS). In: DAMBRO´S, G. et al. **Questões agrárias em foco.** Ituiutaba: Barlavento, 2018, v. 2, p. 96-118.
- BALMANT, O. **Conselho de Alimentação Escolar (CAE): pontos importantes sobre.** 2012. Disponível em: <<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/349/conselho-de-alimentacao-escolar-cae>>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- BARROS, T. T. **Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar (CAE) na região metropolitana de Campinas e na região administrativa de Registro, estado de São Paulo.** Campinas. 2014. Dissertação (Mestrado em Alimentos e Nutrição) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saude soc.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jun. 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas.** 2008. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/>>

publicacoes/manual_operacional_profissionais_saude_educacao.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável**. 2008. Disponível em: <guia_alimentar_populacao_brasileira_2008>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRITO, T. P.; PEREIRA, V. G.; SANTOS, A. P. Os limites, os desafios e as potencialidades da agricultura familiar no PNAE em municípios atingidos pela mineração. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 1-17, 2018.

BURITY, V. et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CONCEIÇÃO, A. A. História da alimentação escolar no Brasil: algumas questões sobre políticas públicas educacionais. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., jul. 2019, Recife. **Anais Recife: ANPUH**, 2019. p. 1-13.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA (COAMO). Extensão Rural: meio século de Emater Paraná. **Jornal COAMO**, Campo Mourão, ed. 350, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. da. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL (EMATER/RS). **Coopraf adere ao Programa de Extensão Cooperativa do Governo do Estado**. 2013. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=16477#.Xc3mLldKjIU>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FERIGOLLO, D.; KIRSTEN, V. R.; HACKLER, D.; FIGUEREDO, O. A. T.; CASSARINO, J. P.; TRICHES, R. M. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, p. 1-10, 2017.

FISCHER, E. Alimentação escolar brasileira: percursos e desafios. **Relatório final de análise das boas práticas e desafios para a implementação da lei de aquisição de alimentos da agricultura familiar no âmbito do PNAE**. 2018. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Relatório-Alimentação-escolar-brasileira_-percursos-e-desafios_Erika-Fischer_rev09_mai_2018-4-1.pdf>. Acesso em: 09 out. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Ministério da Educação. Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE). **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Manual**. Brasília, ed. 2, p. 1-32, 2016.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Ministério da Educação. Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE). **Boas práticas de agricultura familiar para a alimentação escolar. Manual.** Brasília, p. 1-182, 2017.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Ministério da Educação. Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE). **Sobre o PNAE.** 2017. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados:** Getúlio Vargas. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/getulio-vargas.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS (IDAM). **IBGE destaca a importância da Extensão Rural no Brasil.** 2012. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/ibge-destaca-a-importancia-da-extensao-rural-no-brasil/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

KOZENIESKI, E. M. **A produção do espaço rural:** transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura na Microrregião de Erechim. Porto Alegre. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MACHADO, P. M. O.; SCHMITZ, B. A. S.; CHICA, D. A. G.; CORSO, A. C. T.; VASCONCELOS, F. A. G.; GABRIEL, C. G. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, 2018.

MANCUSO, A. M. C.; WESTPHAL, M. F.; ARAKI, E. L.; BÓGUS, C. M. O papel da alimentação escolar na formação dos hábitos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 324-330, 2013.

MASSIERER, C. **Emater lança aplicativo para conectar agricultores e consumidores.** 2019. Disponível em: <<https://www.expoiner.rs.gov.br/emater-lanca-aplicativo-para-conectar-agricultores-e-consumidores>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

NASCIMENTO, J. L. R. **A atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar:** análise comparativa entre o controle administrativo e o controle público. 2010. Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, R. V. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar:** uma análise de sua implementação nas escolas da rede estadual de ensino de Manaus. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2016.

PÁGINA RURAL. **RS:** IFRS Campus Sertão adquire alimentos da agricultura familiar. 2014. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/211583/ifrs-cdus-sertao-adquire-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

PAIVA, P. Y. U.; SANTOS, D. A. C.; SANTOS, L. C. C.; SOUZA, B. S. R.; CRUZ, C. L. J. T.; MATIAS, A. C. G.; SPINELLI, M. G. N. A importância do nutricionista na qualidade de refeições escolares: estudo comparativo de cardápios de escolas particulares de ensino infantil no município de São Paulo. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 18, n. 32, p. 23-30, 2012.

PALUDO, A. C. **Controle social e políticas públicas: contribuições para aprimorar o controle social do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Curitiba. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

PEDRAZA, D. F.; MELO, N. L. S.; ARAUJO, E. M. N.; SILVA, F. A. O Programa Nacional de Alimentação escolar em escolas públicas municipais. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 33, n. 2, p. 161-169, 2017.

REDE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR (REBRAE). **Agricultura Familiar**. 2019. Disponível em: <<http://www.rebrae.com.br/index.php/atuacao-escolar/agricultura-familiar>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

ROCHA, N. P.; FILGUEIRAS, M. S.; ALBUQUERQUE, F. M. ; MILAGRES, L. C.; CASTRO, A. P. P.; SILVA, M. A.; COSTA; G. D. ; PRIORE, S. E.; NOVAES, J. F. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v. 52, n. 16, p. 1-10, 2018.

RODRIGUES, M. B. F. **Agricultura familiar e a comercialização de gêneros para alimentação escolar no município de Cacoal**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Rondônia. Cacoal, 2014.

RODRIGUES, R.; SIQUEIRA, H. M. ; BIANCARDI, C. C. S.; ANDRADE, M. A. N.; VALENTE, L. M.; PAULA, L. B. A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre - ES. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, v. 12, n. 1, p. 91-112, 2017.

ROSSETTI, F. X.; SILVA, M. V.; WINNIE, L. W. Y. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 912-923, 2016.

SANTANA, T. M. **Avaliação da eficácia do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): um estudo de caso em uma escola da rede municipal de Aracaju-SE**. São Cristóvão. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTOS, L. F.; CAMPOS, A. P. T.; FERREIRA, M. A. M. Barreiras do desempenho em cooperativas da agricultura familiar e suas implicações para o acesso às políticas públicas. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., maio 2017, João Pessoa. **Anais** João Pessoa: EBAP, 2017. p. 219-235.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RIO GRANDE DO SUL (SEBRAE/RS). **Perfil Cidades Gaúchas: Getúlio Vargas**. 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Getulio_Vargas.pdf>. Acesso em: fev. 2020.

SILVA, C. H. **Produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Arroio dos Ratos-RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Arroio dos Ratos, 2013.

SILVA, W. R. **Percepções dos diretores das escolas públicas estaduais de Campo Grande/MS sobre a lei do PNAE e produtos adquiridos da agricultura familiar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2016.

SOUZA, A. D. S. **Análise da participação dos agricultores familiares do Sertão do Pajeú – PE no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Serra Talhada, 2019.

STEFANINI, M. L. R. **Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

TRICHES, R. M.; SIMONETTI, M. G.; CASSARINI, J. P.; BACCARINI, J. C.; TEO, C. R. P. A. Condicionantes e limitantes na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Programa de Alimentação Escolar no estado do Paraná. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 118-137, 2019.

TROIAN, A.; BREITENBACH R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento/RS: desempenho e atuação. In: WORKSHOP-WEAA, CONSUMO, MERCADO E AÇÃO PÚBLICA, 2., out. 2019, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: WEAA, 2019. p. 1-27.

TURPIN, M. E. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

TURPIN, M. E. A alimentação Escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES (URI). Mapa da localização dos municípios da região do Alto Uruguai, RS. **Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental**, Campus Erechim, 2008. (512 × 499).

XEREZ, N. P. F. **Cardápio e qualidade: composição nutricional na alimentação escolar**. São Luís. 2016. Dissertação (Pós-Graduação em Gestão de Programas e Serviços de Saúde) - Universidade Ceuma. São Luís, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.